

APRESENTAÇÃO

O século XX foi marcado por processos profundos de libertação e de(s)colonização de mentes, corpos e espaços e temporalidades. Segundo Achille Mbembe (2017), a intensidade dos conflitos e guerras desse período desencadeou uma série de traumas consequentes de violência extrema e subalternização brutal em detrimento das possibilidades de diálogo, dos encontros afetivos com o outro, do respeito e até mesmo da reciprocidade. Em consonância com as formulações teórico-críticas de Mbembe, este número 25 da *Revista Abril* destaca a natureza e o potencial da linguagem literária para integrar diferentes abordagens epistemológicas, garantir o trato artístico da diversidade de olhares, promover a circulação das múltiplas formas de representação das diversas corporeidades, como também para afetar as perspectivas da leitora e do leitor a partir das intencionalidades estético-políticas da/na arte para a humanização das mentes, a descolonização dos propósitos e a afirmação dos caminhos e processos nos/pelos quais estamos coletivamente entrançados em nossas vivências cotidianas.

O intelectual camaronês destaca a época atual como marcada pela imbricação entre o capital, as tecnologias digitais, a natureza e a guerra, como também as novas constelações de poder que tal imbricação possibilita, observando que ela ameaça a ideia do político como alicerce da democracia. No entanto, Mbembe pondera que a relação entre violência e democracia não é nova quando ele desvela a aproximação estreita que sempre existiu entre democracia, plantação e império colonial. Essa aproximação leva-o a propor que a violência que observamos em nossos dias resulta da extensão do terror em nossa realidade. O terror assumiria, em nossa época, uma funcionalidade tal que destrói qualquer possibilidade de vínculo social que não seja o da inimizade. O resultado é que a realidade é pontuada por relações sem desejo, as quais propiciam que a vida, especialmente a humana, seja colocada à margem da economia, numa instância sobre a qual ninguém se sente responsável por responder. A essa forma de lidar com a vida, Mbembe nomeia de “necropolítica”, uma prática que resulta diretamente das sociedades que se caracterizam pela inimizade.

Para Mbembe, as sociedades da inimizade são espaços que assumem um discurso nacionalista, que se desenvolve atavicamente preso ao jogo sutil entre lembrar e esquecer, configurando a narrativa da nação a partir da violência do esquecimento e em defesa da coletividade. Essas sociedades se estruturam a partir de um racismo de Estado, que assume o legado colonial e rejeita as formas da democracia e dos direitos dos cidadãos. Trata-se de sociedades que se conformam como “um labirinto de contradições”, já que, nelas, paira “o espectro do Ocidente” e as novas burguesias nacionais trilham “o caminho das predações”. (MBEMBE, 2017, p. 209). Conforme explica Achille Mbembe,

As sociedades coloniais eram entidades nas quais desaparecera o sentimento de piedade. Sem se reconhecerem minimamente como *sociedades de semelhantes*, eram, tanto na lei como na realidade, comunidades que alimentavam a separação e o ódio, que, paradoxalmente, as mantinham unidas. A crueldade vulgarizara-se, e o cinismo tornara-se agressivo e desprezível, estando as relações de inimizade irrevogavelmente interiorizadas. [...] Acima de tudo, o racismo funcionava, simultaneamente, como o motor desse tipo de sociedade e o seu princípio de destruição. E na medida em que não existia nada de nós sem o Outro – o Outro era apenas um outro eu, inclusive sob a figura da negação –, provocar a morte do Outro deixa de distinguir-se de provar a morte de si. (MBEMBE, 2017, p. 172, grifos do autor).

Na esteira de Frantz Fanon, Membe aborda o modo como o racismo trabalha e fabrica o ser exposto à sua fúria. Para ele, “o ser racializado é produto do desejo de uma força exterior a si, que não se escolhe, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta o seu ser”. (MBEMBE, 2017, p. 175). Esse ser, reduzido ao estado de sujeito de raça, “é ser imediatamente instalado na posição do Outro”, o qual deve “provar a outrem que é um ser humano, que merece ser considerado seu semelhante”. Como ser de raça, “definido pela diferença”, o racismo “exige dele uma ‘conduta de negro’, isto é, de homem discriminado”, (MBEMBE, 2017, p. 176, grifos do autor) de homem à parte, despojado que é de sua substancialidade humana e transformado em objeto. Daí sua “preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego”. (FANON, 2008, p. 60).

Ao mesmo tempo em que cria o ser racializado, o racismo cria, também, uma instância representativa do “branco” que “respira, pensa, fala” pelo negro mas, paradoxalmente, tem medo dele, porque o negro desperta nela “terror e horror, ódio, desprezo e insulto”. (MBEMBE, 2017, p. 177). Isso porque a instância branca acredita que o negro possa praticar, com ela, “todo o tipo de abusos desonrosos” (MBEMBE, 2017, p. 177) que ela anteriormente lhe infligiu. Ela teme o negro não por causa do que ele lhe fez, mas pelo que fez ao negro e julga que ele poderá fazer-lhe. Para Mbembe,

as formações racistas são, portanto, por definição, produtoras e redistribuidoras de toda a espécie de loucuras em miniatura. Elas encerram em si os nós incandescentes de uma loucura que se esforçam por libertar em doses celulares pela neurose, psicose, delírio e, até, pelo erotismo. [...] Ao serem apanhados nas redes desta violência, nos seus vários espelhos ou nas suas diversas refrações, todos são, em diferentes graus, seus sobreviventes. Estar de um lado ou de outro já nada significa, muito pelo contrário, quer se esteja fora ou dentro do jogo. (MBEMBE, 2017, p. 178)

Nas formações racistas, se, de um lado, o racista tem “propensão para a dissimulação”, porque é habitado pelo “medo do negro”, o negro, por sua vez, é “o Outro que é forçado a viver a sua vida sob o signo da duplicidade, da necessidade e do antagonismo”. (MBEMBE, 2017, p. 178). Sujeitos ambíguos, ambos se enredam nas refrações da violência e das neuroses produzidas no seio da sociedade colonial. Nessa dinâmica colonizatório-civilizatória, considerando-se, equitativamente, a perspectiva interseccional das relações de gênero, percebe-se como a vida “aproximava-se da vida animal”, como o elo entre o branco e o negro nunca dava lugar a “uma comunidade afetiva vivida” – porque nunca acarretava “a formação de uma casa comum”, (MBEMBE, 2017, p. 206) – e o quanto a mulher compensava, na ausência do homem, os instintos daquele que se tornaria seu algoz. A omnipresença da mulher, seja sob a figura da mãe, da esposa ou da irmã, tanto de um lado como de outro, faz com que, nas formações racistas coloniais, as mulheres não paguem apenas pelos atos dos homens: “Elas são a moeda de troca desta economia fúnebre”. (MBEMBE, 2017, p. 207).

Resultado direto desse modelo de organização social, a época atual “privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo” (MEMBE, 2017, p. 72), consequências dessa aliança histórica que consolidou a aproximação entre democracia, capitalismo, racismo e sexismo. Essas consequências ilustram as tensões que subjazem às negociações que poderiam fazer-nos caminhar para a “descolonização das mentes” conforme proposta de Frantz Fanon (1979), para a transcendência do racismo, para a desalienação, a desreificação das estruturas mentais colonizadas e racializadas. Esse cenário sócio-histórico sugere-nos que qualquer projeto que se pretenda humanista, dissociado do enfrentamento do racismo e do sexismo, da exploração do ser humano por outro ser humano, do estabelecimento de formas de hierarquias subalternizantes, não se sustenta. A ultrapassagem para a humanização das relações impõe, portanto, uma revisão dos modos de representação dos outros, qualquer que seja a alteridade que encerram, como também a afirmação de suas ontologias como sujeitos que se configuram em corpos que carregam nomes, possuem rostos e ocupam lugares nas sociedades e no mundo. Essa revisão é importante, porque “contar histórias daqueles e daquelas que não vemos de todo, desenhá-los, representá-los ou fotografá-los tem sido, ao longo da história, um acto de autoridade suprema, a manifestação por excelência da relação sem desejo”. (MBEMBE, 2017, p. 230).

Contra esse modo de representação sem desejo, e ao mesmo tempo garantindo espaços para modos de explicar e compreender, de conhecer e reconhecer a necessidade de se rasurar a antítese entre a hospitalidade e a hostilidade, sendo ambas características dos tempos atuais, os textos que constituem esta edição da *Revista Abril* trazem reflexões literárias produzidas em/sobre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, as quais problematizam ontologias, corporeidades e deslocamentos contemporâneos, ao mesmo tempo em que ficcionalizam os desafios das (con)vivências humanas em contextos orais e escritos, permeados pela necessidade imperiosa de reciprocidade, partilha e respeito mútuo para a consolidação de um futuro sustentável.

Nesse caminho de encontro com a alteridade, Bernardo Nascimento de Amorim analisa poemas da escritora santomense Conceição Lima, que representam ficcionalmente o Massacre de Batepá, demonstrando como a poetisa traduz em lirismo a violência do trauma coletivo e as feridas da memória nacional de São Tomé e Príncipe, enquanto ilumina esteticamente o passado para projetar um mundo com mais espaço para a justiça e a solidariedade. Ainda analisando a obra de Lima, Élen Rodrigues Gonçalves e Prisca Agustoni de Almeida Pereira propõem que sua artesanaria literária seja pensada na perspectiva de uma “poética da relação”, nos termos propostos por Édouard Glissant (2005). Para isso, exploram a maneira como a poetisa se autodefine em meio às multiplicidades culturais em movimentos de diáspora, que lhe permitem realizar um olhar crítico sobre sua terra natal, ao mesmo tempo em que lhe possibilitam criar simbolicamente novas comunidades no plano da representação.

Sávio Roberto Fonseca de Freitas apresenta a poesia da escritora moçambicana Deusa D’África e, estudando alguns de seus poemas, mostra como sua escrita literária se insere no *continuum* de um projeto de moçambicanidade, ancorado em um discurso que põe em evidência a alteridade feminina, territorializando uma produção poética de autoria de mulher que, do centro de Moçambique, dissimula uma problematização política afro-moçambicana cuja agenda de discussão se volta para o ser mulher. Nessa mesma senda, Claudia Letícia Gonçalves Moraes e Rayron Lennon Costa Sousa elucidam como, sob o olhar da renomada escritora Lília Momplé, se desenham as tensas vizinhanças em inimizade entre Moçambique e África do Sul no período pós-independência. A animosidade entre os dois países é observada a partir da encenação do quadro de instabilidade social de Moçambique nos anos 1990, conformado a partir de uma série de violências e de conflitos de ordem geopolítica e social, resultantes de dinâmicas de circulação de sujeitos, as quais movimentam um cotidiano moçambicano assustador, porque baseado em políticas de inimizade estabelecidas entre os países fronteiriços. Em outra vertente, Valéria Cardoso da Silva traz, para reflexão, uma tensa interface entre Moçambique e Portugal, proposta por Ungulani Ba Ka Khosa, por meio da qual a escrita da História Colonial é fortemente confrontada por ser um mecanismo de apagamento das

alteridades africanas. Para fazê-lo, Valéria Cardoso da Silva mostra como o referido escritor moçambicano recupera as culturas orais como documentos/monumentos que guardam as memórias humanas, permitindo que elas não caiam no esquecimento.

Debora Ribeiro Rendelli e Daniel Laks exploram, na poesia do escritor angolano João da Silva Melo, a estreita relação entre ética e estética, focalizando os temas sobre os quais sua poesia se debruça para mostrar a centralidade que a violência assume em sua escrita literária, como tópico da representação do cotidiano angolano em sua condição de país periférico. Também explorando o comprometimento ético-estético da literatura, Wellington Marçal de Carvalho revela como o fazer literário de Odete Semedo vale-se de estratégias que reforçam mecanismos de resistência e indicam formas de sobrevivência para atravessar períodos difíceis do conturbado espaço político-ideológico da Guiné-Bissau. Para isso, ressalta a enunciação artística e a performatividade da escrita como elementos balizadores de re-existência que comprovam a destreza da escritora para manejar a concomitância de tempos e espaços dissonantes, assim como para reafirmar as antigas e profundas tradições orais locais, ameaçadas de extinção pela aceleração da história e do imaginário neocoloniais contemporâneos.

Silvana Maria Pantoja dos Santos, tomando como referência a escrita literária da portuguesa Teolinda Gersão, reflete sobre como a memória exerce papel fundamental na construção da subjetividade e conserva aquilo que, de alguma forma, fica marcado nas trajetórias dos sujeitos ficcionais. Nesse sentido, aponta que as espacialidades e as paisagens nas quais o sujeito vivencia experiências transformam-se em espaços de memória, já que, neles, ficam registradas impressões que absorvem vivências acumuladas. Também refletindo sobre os movimentos da memória, Carolina Piovam detém-se na escrita da portuguesa Ana Margarida de Carvalho para discutir a relação entre o velho e o novo, a memória coletiva e histórica, assim como a memória individual. Em seu percurso analítico, investiga os traços de uma tradição literária portuguesa no tempo presente da literatura contemporânea para destacar, nela, a presença de uma escrita feminina que procura encenar, criticamente, as imbricações entre passado e presente.

Gisett Elizabeth Lara propõe uma reflexão sobre as relações entre espacialidades e gênero na escrita da afro-brasileira Conceição Evaristo. Analisando como essas relações se desenvolvem nos espaços da favela, encenada pela pena de Evaristo, a pesquisadora procura compreender como, interseccionalizado com outras determinantes como classe e raça, o gênero condiciona os vínculos entre os seres humanos, constituindo espaços outros, diferentes dos comumente considerados pelas geografias androcêntricas.

Além dos artigos citados até aqui, este número da *Revista Abril* brinda a leitora e o leitor com uma entrevista concedida pelo escritor angolano Jofre Rocha (Roberto de Almeida) ao pesquisador Mateus Pedro Pimpão António, também angolano. Trata-se de uma interação sobre o processo de

leitura dos manuscritos e edição das obras *Diário de um exílio sem regresso* (2003; 2017) e *Cartas de Langidila e outros documentos* (2004), escritas pela ativista política e ex-guerrilheira angolana Deolinda Rodrigues, mais conhecida como Langidila. A entrevista evidencia não apenas a importância do trabalho de recolha dos originais editados por Roberto de Almeida, mas também – e principalmente – a singularidade do pensamento, da voz e da escrita de Deolinda Rodrigues, não somente como um testemunho das atrocidades sofridas pelo povo angolano durante a colonização, mas também como forma de representação das relações de gênero, raça e classe durante a guerrilha, processo interno de luta anticolonial que resultou na consolidação da independência de Angola. Nesse sentido, a condução estratégica das perguntas destaca, com justeza, como o pesquisador intencionou fazer emergir o precioso legado de Deolinda Rodrigues, muitas vezes silenciado apesar de contundente em sua produção literária. O conjunto da obra de Langidila é constituído pelos poemas e novelas publicados no *Boletim da Missão Evangélica*, assim como por dois corpos simbólicos – o seu diário e as suas cartas – que, ao contrário do corpo negro da mulher ativista angolana, sobreviveram às inimizades coloniais e nacionais, ocupando, por consequência, espaços histórico-literários contemporâneos de resistência interseccional e de solicitude.

Esta edição apresenta, ainda, uma seção diferenciada – Testemunhos – que se configura como um *locus* para o ecoar de vozes que querem falar (e falam!) sobre suas vivências e percepções, entre inimizades e solitudes, ao longo de suas trajetórias políticas, profissionais, artísticas e teórico-críticas de mais de cinco décadas pelos caminhos das Literaturas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Na sequência final, encontram-se resenhas de Demétrio Alves Paz e de Cíntia Acosta Kütter sobre obras da renomada escritora Dina Salústio, verdadeiros clássicos da Literatura de Cabo Verde. Essa inovação na estrutura da Revista é uma forma de a nossa organização possibilitar outras escutas, como também de manifestar respeito e gratidão pelo grande contributo da escritora cabo-verdiana Vera Duarte e do professor e crítico literário português Pires Laranjeira à área acadêmica de estudos das literaturas produzidas nos países de Língua Portuguesa: a ela, oferecemos flores pelo recebimento do *Prêmio Femina – Matriz Portuguesa 2020*, concedido àquelas consideradas “Mulheres Notáveis”; a ele, flores por ocasião da sua “Jubilação” pela Universidade de Coimbra, também neste ano de 2020. Junto com o artista plástico afro-mineiro Samora Délcio – que, muito gentilmente, autorizou a reprodução de uma de suas telas como capa deste número 25, oferecemos flores à vida, pelos múltiplos encontros e interações de diferentes corporeidades e saberes no universo sensível dos Estudos das Literaturas de Língua Portuguesa, em tantas e contínuas vivências entre as inimizades e as solitudes que nos humanizam e nos impulsionam a humanizar as nossas relações cotidianas.

Iris Maria da Costa Amâncio (UFF)
Terezinha Taborda Moreira (PUC Minas / CNPq)
Organizadoras

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.